

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 101 Rio de Janeiro, de 11 a 17 de outubro de 2005

## Leis parceiras dos policiais

Divulgação



*PMs do Rio de Janeiro foram beneficiados por iniciativas da Casa, como a que resultou em reajuste salarial de 17%*

**M**elhorar a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro não é atribuição única do Poder Executivo. Os membros do Parlamento fluminense reconhecem que devem dar sua contribuição à causa, e mostram, no dia-a-dia das votações, o resultado desta preocupação. Leis, indicações legislativas e emendas ao Orçamento aprovadas pela Casa são a prova de que o desejo de um estado mais seguro é compartilhado por

todos – cidadãos e parlamentares.

Não foram poucas as iniciativas que passaram pela Casa em favor do combate ao crime. Foram aprovadas emendas orçamentárias responsáveis pela construção de unidades de segurança, como o Batalhão da Barra da Tijuca, e leis como a que instituiu recompensa financeira aos policiais responsáveis pela apreensão de armas ilegais, resultando num montante de mais de 15 mil armas retiradas das

mãos de bandidos, em todo o estado. Mas a Assembléia também preocupou-se com o lado humano da questão, ou seja, a valorização do policial. Graças à ação do Parlamento, as categorias tiveram reajuste de 17%, em junho. A Casa também garantiu promoções a aspirantes a tenente, vagas em escolas para filhos de policiais mortos em serviço e agilidade nos processos de pedido de pensão.

PÁGINAS 4 e 5

*Cidinha Campos  
de volta às ondas  
do rádio*

PÁGINA 2

*Picciani apresenta a  
PMs leis a favor da  
corporação*

PÁGINA 3

*Fórum reúne  
parlamentares  
das Américas*

PÁGINA 7

# Retorno a uma carreira de sucesso

PROGRAMA CIDINHA LIVRE, NA RÁDIO HAROLDO DE ANDRADE, SERVIRÁ DE PONTE ENTRE O PODER PÚBLICO E O OUVINTE

FERNANDA GALVÃO

Desde 2002, os únicos microfones que a deputada Cidinha Campos (PDT) tem usado regularmente são os disponíveis no plenário da Alerj. Mas até o final de outubro, a parlamentar, que construiu uma carreira de sucesso como radialista, voltará às origens. Diariamente, das 6h às 9h, a pedetista comandará o programa Cidinha Livre, na rádio AM Haroldo de Andrade (1.060 Mhz). Cidinha não esconde a expectativa diante da estréia: “Sinto como se estivesse voltando para casa”.

O nome do programa é o mesmo adotado durante os anos como apresentadora nas rádios Tupi e Manchete, no Rio de Janeiro. A deputada passou ainda pela Jovem Pan, de São Paulo. Cidinha promete manter o estilo que a consagrou: debates, entrevistas e comentários sobre o dia-a-dia das cidades. Segundo ela, o objetivo é fazer com que seu programa seja um porta-voz da população. “A idéia é que o programa seja um canal de comunicação entre a população e o poder público”, defende a pedetista, que pretende escolher os primeiros debatedores de seu programa na véspera da estréia.

Além de Cidinha, a nova emissora

contará com as vozes de comunicadores consagrados, como Mário Esteves, Zeca Marques e o próprio Haroldo de Andrade, que comandará a atração seguinte na grade de programação (das 9h às 12h). Filho do locutor e produtor da rádio, Haroldinho de Andrade comemora a presença de Cidinha na emissora e aposta que a parceria será bem sucedida. “O trabalho dela traz credibilidade, audiência e prestígio para qualquer emissora. É uma honra tê-la conosco”, afirma ele. Cidinha garante que já está à vontade na

nova casa. “Encarei este período fora das rádios como férias prolongadas, agora é hora de voltar”, pondera.

O retorno de Cidinha aos estúdios de rádio faz parte da retomada de uma carreira que começou em 1949, na Rádio Tupi de São Paulo. À época, Cidinha



Acervo Pessoal

A deputada teve programa na rádio Tupi, na década de 80

atuou como atriz de radionovelas. A deputada também trabalhou como apresentadora de televisão, e foi a primeira correspondente internacional do programa Fantástico, da TV Globo, em 1973. “Tenho muito o que me orgulhar de minha carreira”, afirma.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

### PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heleneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1º Secretária:

Graça Matos

2º Secretário:

Léo Vivas

3º Secretário:

Marco Figueiredo

4º Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas,

Dafne Capella, Franciane Lovati,

Rony Maltz, Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

## FRASES DA SEMANA

“Se levarmos em conta o raciocínio de autodefesa, de que o cidadão tem que estar armado para se defender, ele tem de andar armado nas ruas.”

Gilberto Palmares (PT), defendendo o voto sim no referendo do dia 23, que vai decidir sobre o comércio de armas e munições



“Deus, quando fez o mundo, deu a cada animal uma arma. Ao cavalo, deu o coice; aos cães, a mordida violenta. Ao homem, não deu arma alguma, mas deu a inteligência para criar instrumentos.”

Sivuca (PTdoB), defendendo o voto não no mesmo referendo

“Devemos lembrar que o Japão e a Alemanha ressurgiram das cinzas porque lavaram todos os problemas, jogaram tudo no lixo e só ficaram com a parte boa.”

Coronel Rodrigues (PSC), sobre a crise política

# PM recebe prestação de contas

PRESIDENTE DA ALERJ APRESENTA AOS POLICIAIS MILITARES LEIS APROVADAS NA CASA EM FAVOR DA CORPORAÇÃO

Rony Maltz



O comandante-geral da PM, coronel Hudson Aguiar, cumprimenta o presidente Jorge Picciani, que foi convidado a falar para a corporação

GEIZA ROCHA

“O que nos une é o interesse em servir à população”, afirmou o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), durante palestra no auditório do Quartel General da Polícia Militar sobre o papel da Alerj no desenvolvimento do estado, no último dia 5. O presidente abordou também as leis, indicações legislativas e emendas ao Orçamento do estado, aprovadas pelos deputados estaduais em benefício do policial militar e da segurança pública.

Picciani ressaltou, na palestra – que dá continuidade ao ciclo de prestação de contas realizado desde o último recesso de julho, em oito regiões do estado –, a importância do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para o crescimento do estado. O presidente afirmou que pretende acompanhar as mudanças na lei previdenciária, que será

enviada pelo Poder Executivo à Casa. “A atividade dos policiais militares é diferenciada. Não se pode modificar as regras de uma hora para a outra, sem debate”, ressaltou. Sobre o projeto que permite a recontração de policiais reformados no lugar de funcionários terceirizados, Picciani disse ser a favor desse aproveita-

*O presidente recebeu o símbolo da oficialidade da Polícia Militar*

mento de mão-de-obra especializada, mas ressaltou que é necessário abrir espaço para a juventude.

O presidente fez, ainda, um resumo das iniciativas tomadas nos últimos anos e que resultaram numa maior democracia interna na Alerj, como o fortalecimento

das comissões permanentes da Casa e a inauguração da TV Alerj, além da criação do Conselho de Ética.

Para o comandante-geral da PM, coronel Hudson de Aguiar, a palestra mostrou aos presentes algumas das dificuldades de representar o povo. O coronel ressaltou que a harmonia entre os poderes também se reflete na Polícia Militar. “ Fizemos um convênio com o Judiciário que nos permitirá investir em qualificação de nosso quadro, como contrapartida ao trabalho de policiamento que desenvolvemos no Fórum”, contou Hudson. Depois da palestra, Picciani recebeu o símbolo da oficialidade das mãos do coronel Hudson de Aguiar. “Vou me empenhar para honrar este símbolo”, ressaltou Picciani. Os deputados Coronel Jairo (PSC), Caetano Amado (PL), Jodenir Soares (PTdoB), Édino Fonseca (Prona), Marcos Abrahão (PSL) e Iranildo Campos (PAN), presentes ao evento, também foram homenageados.

# Deputados aprovam projetos e e

## *Iniciativas da Casa também têm objetivo de aumentar a segurança*

DA REDAÇÃO

**E**litalusém Gomes de Freitas alimentava um sonho: seguir a carreira de policial militar. Ele chegou a passar por três anos de treinamento, e já era aspirante, quando soube que não existiam vagas de tenente que permitissem a sua efetivação — e a de seus amigos de curso. Graças à atuação dos deputados estaduais, Freitas, hoje segundo-tenente da PM, conseguiu concretizar seus desejos. A aprovação da Lei 4.157/03, aumentou o contingente de tenentes, sem gerar despesas extras. Além de um aumento salarial, a mudança significou estabilidade de emprego. “Felizmente a Alerj aprovou a lei, e eu e meus colegas fomos promovidos”, comemora ele, hoje lotado no 15º Batalhão da Polícia Militar, em Duque de Caxias.

Histórias como a do tenente Freitas ilustram a importância do Parlamento fluminense numa das questões que mais preocupam a população: a segurança pública. Iniciativas da Casa, como leis aprovadas, indicações legislativas e emendas

orçamentárias garantem o respeito ao policial, investimentos em aparelhagem e instalações físicas e medidas que visam a auxiliar o trabalho dos agentes de segurança. É o caso da Lei 4.365/04, que institui recompensa financeira aos policiais civis e militares pela apreensão de armas de fogo ilegais. O prêmio vai de R\$ 100 a R\$ 1.000. Em um ano, foram retiradas das mãos dos criminosos 15.918 armas, em todo o estado.

Para deputados como Paulo Ramos (PDT), que é major da PM, e Flávio Bolsonaro (PP), a solução para a criminalidade passa pela valorização do profissional. “Felizmente, a Casa tem se mostrado sensível às causas do funcionalismo estadual”, afirma Ramos. Para Bolsonaro, a Assembléia faz o que pode. “Deveríamos ter mais autonomia. Mas exercemos nosso papel de porta-vozes dos membros das corporações”, pondera. Bolsonaro é autor da Lei 4.359/04, que assegura aos filhos de policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários mortos em serviço uma vaga em qualquer série dos ensinos médio e fundamental nas escolas da rede estadual. O deputado também é o autor da indicação legislativa 507/04, que possibilitou estender aos policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) a gratificação de R\$ 500, já paga aos policiais das Delegacias Legais.

Outras iniciativas procuram garantir a segurança dos policiais nas ruas. A Lei 4.345/04, da deputada Graça Pereira (PFL), obriga as empresas que fabricam, vendem ou confeccionam roupas de uso exclusivo da PM, Polícia Civil, Guarda Municipal e empresas de segurança a manter um cadastro dos compradores, a fim de evitar que as peças sejam usadas por criminosos como disfarce. “A imprensa divulga a ação dos assaltantes usando uniformes ou coletes dos policiais, para facilitar suas atividades marginais”, justifica a parlamentar. Com o mesmo objetivo, a Casa aprovou a lei 4.470/04, do deputado Caetano Amado (PL), que proíbe as empresas de segurança particular de utilizar uniformes e veículos similares aos das Forças Armadas e da polícia. A empresa que infringir a lei pode ter seu alvará cassado. “A população tem o direito de saber quem são os verdadeiros defensores da lei”, diz ele.

Outra lei ajuda a polícia a desbaratar quadrilhas de roubos de carros e residências. De autoria do deputado Samuel Malafaia (PMDB), a lei obriga empresas de segurança privada, que oferecem serviços de rastreamento de veículos ou de imóveis, a informar a polícia toda vez que seus clientes acionarem o serviço. “Esta lei facilita a investigação e ajuda a prender criminosos, por não investigar os delitos como fatos isolados”, comemora.

## ***Reajuste salarial e novo batalhão graças a ações da Alerj***

Além da aprovação de leis, as indicações legislativas e as emendas ao Orçamento estadual são outros instrumentos ao alcance da Assembléia para garantir a segurança da população fluminense. É o caso da emenda 8.142, apresentada pela Alerj ao Orçamento de 2005. A medida permitiu um reajuste linear de 17% para servidores, ativos e inativos, das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, a partir de junho deste ano.

A população da Barra da Tijuca também poderá ver, até o final do ano, o resultado concreto de ações da Casa. O bairro ganhará um novo batalhão, que terá um efetivo de 800 policiais e custará R\$ 4,6 milhões, incluindo construção, mobiliário e equipamentos. A obra foi solicitada através da indicação legislativa 491/04, de autoria do de-

putado Domingos Brazão (PMDB), e da emenda 10.165 ao Orçamento de 2005, aprovado na Casa. O novo prédio vai abrigar o 31º BPM, instalado atualmente no Recreio dos Bandeirantes.

O norte do estado também foi beneficiado por indicações legislativas da Casa. Em 2000, a Alerj solicitou ao Executivo um Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) no distrito de São Martinho, em Campos dos Goytacazes, através da indicação 327/00, do deputado Paulo Albernaz (PMDB). A unidade está em funcionamento desde 2001. Já a Companhia Avançada da Polícia Militar do município foi construída a partir da emenda orçamentária 1.857, que pedia a construção de unidades de segurança em Campos.

# Medidas que valorizam policiais

Rony Maltz



Fotos Divulgação



*Em sentido horário: o tenente Elitusalém Freitas, que foi promovido após lei aprovada na Casa; apreensão de armas recompensada por lei, construção no Batalhão da Barra da Tijuca, pedida por indicação legislativa. Abaixo, oficiais da Polícia Militar, categoria valorizada por iniciativas da Casa*



## EM DEBATE: A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO NO ORÇAMENTO ESTADUAL

## LUIZ PAULO CORRÊA DA ROCHA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

**Respeito ao Legislativo**

Augusto Carazza

O orçamento das contas públicas é o instrumento mais importante do sistema democrático. É através dele que são canalizados recursos para atender os anseios e as necessidades da população. Da elaboração à execução do orçamento atuam os três Poderes da República: um a executá-lo e dois – Legislativo e Judiciário – com a missão de aprová-lo e fiscalizá-lo. Esse eterno embate de interesses, na verdade, é uma das contradições de se viver em um sistema democrático.



Antes que façam mau juízo das minhas palavras, lembro que continuam atuais as palavras de Sir Winston Churchill, proferidas na Câmara dos Comuns, em 1947: “Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”.

Muito se evoluiu de lá para cá, mas, ainda assim, o processo democrático parece que, apesar dos avanços, emperrou. Um exemplo? Vamos a um caseiro. O Governo do estado – sempre ele – impôs, com a sua maioria na Casa, um dispositivo que permite ao Executivo remanejar, a seu bel prazer, até 25% do Orçamento. Nesses termos, não há como discordar que o orçamento vira uma peça de ficção.

Outro exemplo? O pacote de emendas ao Orçamento, promovido pelo Legislativo. Por não ter limites e não haver obrigatoriedade de o Executivo acatá-lo, é o primeiro item que vai para o espaço. Aliás, tramita uma emenda constitucional de minha autoria que pretende

corrigir essa distorção. O Legislativo será tão mais importante quanto mais vigorosamente se posicionar como poder autônomo. Da sua independência resultará a correta execução do Orçamento, quer seja se respeitando o seu valor real, como também, em suas metas quantitativas e qualitativas.

Que não se dê, por exemplo, a possibilidade de o Executivo remanejar percentuais superiores a 5% do Orçamento, como medida moralizadora e disciplinadora. O que ocorre hoje é que o Legislativo vem se avassalando diante do Executivo – e não ocorre só na Alerj, mas na maioria das casas legislativas, para o desgosto do velho Churchill.

**“O que ocorre é que o Legislativo vem se avassalando diante do Executivo”**

## EDSON ALBERTASSI

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

**Democracia clara**

Augusto Carazza

Uma ferramenta democrática para o acompanhamento da gestão do dinheiro público. Assim podemos descrever a importância do Orçamento, através do qual a governadora e os deputados estaduais planejam o direcionamento dos recursos públicos.

O Poder Legislativo tem um papel fundamental no processo de elaboração do Orçamento, pois além de analisar a proposta do Executivo, os deputados podem apresentar emendas modificando o destino dos recursos públicos e pleiteando investimentos para os municípios, além de fiscalizá-lo não só através do Siafem, como requerendo informações aos órgãos do Executivo e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Nos últimos três anos, a Alerj, através do debate, vem trabalhando para que a peça orçamentária seja o mais real possível. Os deputados apresentavam milhares de emendas que, se cumpridas, retalhariam por demais o Orçamento. No último ano, houve um consenso para que o Parlamento apresentasse emendas estruturantes, tais como a despoluição da Baía de Sepetiba, investimentos na RJ-109, no aeroporto de Volta Redonda, na linha 2 do metrô, nas universidades estaduais e no aparelhamento da polícia.

Uma das principais conquistas ocorridas, através das emendas estruturantes, foi a definição da fonte de custeio para cumprir o acórdão julgado pelo Tribunal de Justiça para o exercício das gratuidades para os estudantes da rede pública nos ônibus intermunicipais. O Governo vem fazendo a sua parte, liberando os investimentos previstos para as estradas, metrô, segurança, entre outros.

A lei federal 4.320 prevê um percentual de remanejamento na Lei Orçamentária ao governante, o que não interfere na forma democrática com o que esta Casa de Leis elabora. É importante ressaltar que além da participação atuante dos parlamentares, a elaboração final do Orçamento conta com representantes de diversos segmentos da sociedade, que através de audiências públicas podem se manifestar. O cidadão fluminense também participa deste processo. Através da internet, ele pode conhecer os valores propostos para todos os setores do estado e enviar sugestões.



**“O Governo vem fazendo a sua parte, liberando os investimentos”**

# Fórum quer 'sexo frágil' na política

ENCONTRO DE MULHERES PARLAMENTARES TROUXE À CASA REPRESENTANTES DAS TRÊS AMÉRICAS E DO CARIBE

DA REDAÇÃO

Um ônibus para levar cidadania às mulheres de baixa renda em todo o estado foi anunciado pela presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, deputada Aparecida Gama (PMDB), no encerramento do I Fórum Internacional da Mulher no Parlamento, organizado pela Rede e realizado na Alerj nos dias 6 e 7, em parceria com a Casa e a União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale). O serviço Olá, Mulher contará com defensores públicos, médicos e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que orientarão as mulheres em relação a assuntos como direitos trabalhistas e práticas de saúde. O projeto será custeado pela Alerj, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como parte de um programa de financiamento de projetos voltados para a mulher, em todos os estados brasileiros.

A Assembléia abrigou ainda uma reunião do Comitê Executivo da Rede, no dia 5 – a primeira a ser realizada após a eleição de Aparecida para a presidência da entidade. Durante a reunião, as deputadas e senadoras que compõem a rede deli-



Dafne Capella

*Participantes do evento querem combater o tráfico de crianças e a violência doméstica*

nearam o plano de ação da entidade para o próximo ano. A meta é elaborar medidas para combater o tráfico de mulheres e crianças, a violência doméstica e inserir a mulher nas esferas do poder. “Nós podemos exercer um papel determinante na situação das mulheres, ao atuar em prol do seu futuro e desenvolvimento”, disse Aparecida Gama, durante a reunião.

O primeiro dia do Fórum contou com a participação da coordenadora do Programa de Apoio à Liderança e Representação da Mulher do Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID), Ana Maria Brasileiro, que defendeu o sistema de cotas para mulheres nas chapas eleitorais como um avanço para a participação feminina no Parlamento. O segundo dia teve a apresentação da representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher, Sílvia Pimentel, e da secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire. No dia 7, as participantes discutiram a eliminação de formas de discriminação contra a mulher.

## CURTAS

### Senador Arthur Virgílio recebe homenagem na Assembléia Legislativa

“Após esta sessão serei obrigado a desrespeitar a Constituição, que diz que cada estado é representado por três senadores. A partir de agora serei o quarto representante do Rio de Janeiro”, disse o amazonense Arthur Virgílio (PSDB), ao receber o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro e a Medalha Tiradentes, no último dia 7. O líder da oposição no Senado foi o principal homenageado da noite, marcada pela emoção e pela entrega da Medalha Tiradentes também ao diretor do grupo *Diário de Petrópolis*, Paulo Antônio Carneiro Dias. A sessão, presidida pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), foi proposta pela deputada Alice Tamborindeguy (PSDB). A Medalha Tiradentes do senador foi oferecida pelo líder do PMDB na Casa, Paulo Melo, mas foi entregue pelo deputado tucano Luiz Paulo.



Rony Maltz

*Eduardo Siqueira Campos, Arthur Virgílio, Alice e Jorge Picciani*

## ENTREVISTA NOEL DE CARVALHO

DEPUTADO PELO PMDB

*'A cultura gera postos de trabalho'*

THAYSSA PLUM

**A**té setembro deste ano, a Alerj contava com uma Comissão Permanente de Educação e Cultura. Devido à profundidade e importância dos dois temas, o líder do Governo na Casa, deputado Noel de Carvalho (PMDB), propôs a separação, para que cultura e educação fossem tratadas de forma exclusiva e prioritária por dois grupos diferentes. Relator do projeto, Noel é hoje presidente da Comissão Permanente de Cultura, aprovada em Plenário no dia 30 de agosto deste ano. Segundo ele, a cultura é importante porque influencia a população quando esta enfrenta questões relativas à saúde, educação e economia. "Além disso, a atividade cultural é uma das que mais gera empregos e produz resultados financeiros", defende. Ele também propõe que a Comissão de Cultura atue ativamente na produção artística do estado, começando pelo Carnaval.

**Em que contexto surgiu a Comissão Permanente de Cultura?**

Durante a minha atuação na prefeitura de Resende, aprendi que Cultura e Educação são dois temas a serem tratados separadamente, devido à sua enorme relevância. Observei também que o estado e o município têm uma Secretaria de Cultura e uma de Educação. Sendo assim, não fazia sentido a Alerj ter uma comissão envolvendo os dois temas. Mas quem fez com que eu me mobilizasse definitivamente para esta mudança foi o presidente da Portela, Nilo Mendes Figueiredo. Ele propôs que o Estado do Rio de Janeiro, através da Assembléia, incentivasse o Carnaval. Então eu percebi que o Carnaval não era carioca, mas fluminense. A Beija-Flor é do município de Nilópolis, a Viradouro é de Niterói, a Grande Rio é de Caxias, entre outras. Essa conversa me convenceu definitivamente quanto à necessidade da criação de uma comissão



Dafne Capella

que priorizasse a cultura, elaborasse projetos para a área e articulasse os setores públicos com as secretarias municipais e setores produtores de cultura.

**Qual é a importância da cultura para a população fluminense?**

Todas as atividades humanas são no fun-

do também o segundo maior gerador de postos de trabalho. Ao levantar esses dados e considerar a importância da cultura para o estado, percebi o tamanho da nossa omissão antes da criação da comissão. O Rio de Janeiro é a capital nacional da cultura. Como tal, merece todo o nosso incentivo.

*"O Rio de Janeiro é a capital nacional da cultura, e merece nosso incentivo"*

do resultado da cultura daquele povo. A cultura influencia no enfrentamento de questões de saúde, educação e economia, por exemplo. Além disso, a atividade cultural é umas das que mais gera empregos e produz resultados financeiros. Segundo uma pesquisa realizada pela Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico em 2000, as atividades culturais do Rio de Janeiro geraram em 1999 um valor correspondente a 3,8% do PIB estadual, o que equivale a R\$ 133 bilhões. A cultu-

**Quais serão os primeiros passos da comissão?**

Começaremos por um processo de pesquisa e investigação, que apontará onde o estado deve apoiar mais e de que modo ele pode incentivar a produção cultural no Rio de Janeiro. O primeiro assunto a ser tratado será o Carnaval. Discutiremos como o estado fomentará esse grande espetáculo. É preciso criar condições e projetos que incentivem a formação de novos profissionais para trabalhar nos desfiles de escolas de samba, preservando assim as nossas raízes. Também atuaremos pela produção audiovisual no estado. Serão realizadas audiências públicas em parceria com trabalhadores do ramo, que vivem diariamente o drama da falta de verbas. Dessas reuniões sairão propostas, idéias e sugestões para a comissão.